



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

CONTRATO nº. 081/2024

PROCESSO SEI-080007/015471/2022

PREGÃO ELETRÔNICO nº 268/2023.

CONTRATO Nº 081/2024 DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIações DE NEGÓCIOS LTDA.

A **FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, fundação instituída pelo Poder Público do Estado do Rio de Janeiro e vinculada à Secretaria de Estado de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 118/2007, da Lei nº 5164/2007 e do Decreto 43.124/2011 e da Lei nº. 6.304/2012, inscrita no CNPJ sob o nº 10.834.118/0001-79, sediada na Rua Barão de Itapagipe, 225/Bloco A/7º andar – Rio Comprido - Rio de Janeiro/RJ – Brasil – CEP: 20261-005, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor Executivo **JOÃO RICARDO DA SILVA PILOTTO**, brasileiro, ID funcional nº 5079143-5, portador da carteira de identidade nº 52.34921-0, expedida pelo CRM/RJ, inscrito no CPF sob o nº 556.886.837-9 e pela Diretora Administrativa Financeira **ALESSANDRA MONTEIRO PEREIRA**, ID funcional nº 4417781-0, portador da carteira de identidade nº 10282948-8 DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 071.223.807-77, e a empresa **GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIações DE NEGÓCIOS LTDA.**, situada na Rua Alberto Meyer, S/N, Quadra 36, Lote 43, Vila Capri, Araruama-RJ, CEP 28.981-695 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.185.341/0001-53, daqui por diante **CONTRATADA**, representada neste ato por seu representante legal, **ALESSANDRO FERNANDES**, cédula de identidade nº 24.150.879-5, expedida por DETRAN-RJ, inscrito no CPF sob o nº 128.772.877-42, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, com fundamento no processo administrativo nº **SEI-080007/015471/2022**, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

ALESSANDRO FERNANDES:
12877287742

Assinado digitalmente por ALESSANDRO FERNANDES: 12877287742
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=ICP-CERTIFICA DIGITAL v5, CN=24444000141, OU=Secretaria de Saúde, OU=Certificado RF, A1, CN=ALESSANDRO FERNANDES:12877287742
Papel: Esboço e rubrica digital
Localização:
Data: 2024.05.14 10:24:58-03'00'
Formato: PDF/Neto, Versão: 2024.2.0





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

O presente CONTRATO tem por objeto contratação de empresa especializada em serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de refrigeração, incluindo os equipamentos de ar condicionado, para atender à Unidade de Pronto Atendimento de Campos dos Goytacazes (Lote 8), sob gestão da Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro, conforme descrito no Anexo 01 – Edital de Licitação nº 353 (doc. SEI nº63005738) e Proposta (doc. SEI nº 70254717).

PARÁGRAFO ÚNICO – O objeto será executado segundo o regime de execução de mista, tendo em vista as características do objeto a ser contratado ensejar a definição da contratação integral do mesmo e, ao mesmo tempo, ensejar o pagamento de preço certo de unidades determinadas.

LOTE	UNIDADE	ID SIGA	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
8	UPA CAMPOS DOS GOYTACAZES	52157	SERVICOS DE MANUTENCAO EM EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO, DESCRIÇÃO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva de equipamentos de refrigeração em geral, com de peças. Código do Item: 0107.002.0007	SERVIÇO	1

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato no DOERJ.

PARÁGRAFO ÚNICO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer, à CONTRATADA, documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;

ALESSANDRO
FERNANDES:
12877287742

Assinado eletronicamente por ALESSANDRO FERNANDES 12877287742
ND, C=BR, D=ICP-Brasil, OU=AC
CERTIFICA ANARQUELI vt. CERN
244442800117, OU=Videoconferencia
OU=Certificadas PE AT, CN=ALESSANDRO FERNANDES.12877287742
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.06.14 10:24:58 -0300
Fórmula PDF Reader Versão: 2024.2.0





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.
- e) demais obrigações previstas no Termo de Referência, elencadas no item XI e nos subitens.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- k) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- l) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);

**ALESSANDRO
FERNANDES:
12877287742**

Assinado digitalmente por ALESSANDRO
FERNANDES 1287728742
NF: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=IC
CERTIFICA ANAPOLIS v5, CN=
284442339117, CN=50000988encia
OU=Certificado PF A1, CN=ALESSANDRO
FERNANDES 1287728742
Revler: Es: sou: o: autor: deste documento
Localização:
Data: 2024.05.14 10:24:58-0300
Formato PDF: Reader Versão: 2024.2.0





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

m) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros.

n) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;

o) na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados..... 2%;

II - de 201 a 500..... 3%;

III - de 501 a 1.000..... 4%;

IV - de 1.001 em diante. 5%.

p) No momento da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá comprovar que mantém programa de integridade, nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/17 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

q) Caso a futura contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, a Lei nº 7.753/17 faculta o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a implantação do referido programa, a contar da data da celebração do contrato.

r) demais obrigações previstas no Termo de Referência, elencadas no item X e nos subitens.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2024, assim classificados:

Natureza das Despesas: 33903918

Fonte de Recurso: 1.899.223

Programa de Trabalho: 10302046129120000

Nota de Empenho: 2024NE 05506

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de **R\$ 512.997,60 (quinhentos e doze mil, novecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos)**

ALESSANDRO
FERNANDES:
12877287742

Assinado digitalmente por ALESSANDRO
FERNANDES:12877287742
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, DN=AC,
CERTIFICA ANAPLES v5, OU=+
254442520119, OU=+Hidrocoferrência,
OU=Certificado PF A1, CN=ALESSANDRO
FERNANDES,12877287742
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.05.14 10:24:58-0300'
Fórm PDF Reader Versão: 2024.2.0





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros do CONTRATANTE, especialmente designados pela Diretora Administrativa Financeira, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a entrega do serviço;

b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 5 (cinco) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO SEXTO – Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea o, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida

ALESSANDRO
FERNANDES:
12877287742

Assinado digitalmente por ALESSANDRO
FERNANDES: 12877287742
NO: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
CERTIFICADA ANAPOLS V5, OU=
944443009117, CN=Videocomp/Secretaria,
OU=Cartão de PF A1, CN=ALESSANDRO
FERNANDES: 12877287742
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.05.14 16:24:58 (GMT)
Fonte: PDF-Reader Versão: 7.024.2.0





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO– A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO TERCEIRO– A ausência da apresentação dos documentos mencionados no PARÁGRAFO SEGUNDO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUARTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso do parágrafo quarto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento à CONTRATADA será realizado de acordo com o efetivo fornecimento, nos termos deste instrumento e na forma da lei, conforme o cronograma de execução do contrato, sendo o pagamento efetuado na conta corrente nº 36490-8 agência nº 2122 de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Estado (Bradesco).

ALESSANDRO
FERNANDES:
12877287742

Assinado digitalmente por ALESSANDRO FERNANDES: 12877287742
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=ICP-CERTIFICA ANAPOLIS S. CO., CN=2544427000117, OU=Videoconferencia, OU=Certificado PF A1, DN=ALESSANDRO FERNANDES:12877287742
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.05.14 10:24:58-0300
Formato: PDF Reader Versão: 2024.2.0





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento ao endereço da CONTRATANTE, sito à Rua Barão de Itapagipe, 225/Bloco A/7º andar – Rio Comprido - Rio de Janeiro/RJ – Brasil – CEP: 20261-005.

PARÁGRAFO QUARTO – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUINTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SEXTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO OITAVO - Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO NONO - As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
ALESSANDRO FERNANDES:
12877287742

Assinado digitalmente por ALESSANDRO FERNANDES:12877287742
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC CERTIFICA ANAPOLIS v5, CN=25444432000112, CN=ale@conferencs.dti@cardiobdo.pf.br, CN=ALESSANDRO FERNANDES:12877287742
Razão: Esou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.05.14 10:24:58 -03'00'
Fonte: PDF Nelder Versão: 2024.2.9



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea *p*, da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 05% (cinco por cento) do valor do Contrato

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

ALESSANDRO
FERNANDES:
12877287742

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Assinado digitalmente por ALESSANDRO
FERNANDES:12877287742
ND: CN=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
CERTIFICA ASSINADORA v3.0-UF-
2644420000117, CN=Alessandro
Fernandes, OU=Fundação Saúde,
OU=Fundação Saúde, CN=ALESSANDRO
FERNANDES:12877287742
Razão: Equip. e Infra. Saúde (30/03/2016)
Localização:
Data: 2024.05.14 10:24:58 -03'00'
Formato: PAd, Reader Versão: 2024.2.0





**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à CONTRATADA e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da CONTRATADA multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas no *caput* são assim consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado

[Assinatura]
[Assinatura]
**ALESSANDRO
FERNANDES:
12877287742**

Assinado digitalmente por ALESSANDRO FERNANDES 12877287742
ID: C=BR; O=ICP-Brasil; OU=ACERTIFICADA ANAPOLIS vs. OU=544427000117; CN=Alessandro FERNANDES.12877287742
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.05.14 10:24:58-03'00"
Fazer PDF Reader Versão: 2024.2.0



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no PARÁGRAFO TERCEIRO também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUINTO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

a) As sanções previstas na alínea **b** do caput e nas alíneas **a** e **b**, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**ALESSANDRO
FERNANDES:
12877287742**

Assinado digitalmente por ALESSANDRO
FERNANDES 12877287742
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
CERTIFICA ABRACLES v5.021
264442000117, CN=Votante/Secretaria
OU=Certificacao PF A1, DN=ALESSANDRO
FERNANDES.12877287742
Data: 2024.06.14 10:24:58-0300
Versão PDF Reader: 2024.2.0





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

b) As sanções previstas na alínea a do caput e na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo ser submetidas à apreciação do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO SEXTO - Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO da CLÁUSULA OITAVA, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas administrativas, previstas na alínea b do caput e na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;

c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO OITAVO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos PARÁGRAFOS QUINTO e SEXTO da CLÁUSULA OITAVA.

PARÁGRAFO NONO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da

ALESSANDRO
FERNANDES:
12877287742

Assinado digitalmente por ALESSANDRO
FERNANDES:12877287742
NP-C-DR-0-ICP-Brasil-DU-AC
CERTIFICA ARA-POLIS-25-GU-
264442000117-04-01-Descontabilidade
DU-Car/ICam-PP-A1-CA-ALESSANDRO
FERNANDES:12877287742
Brasil: Eu sou o autor deste documento.
Localização:
Data: 2024.05.14 10:24:58-0300
Font: PDF-Reader Versão: 2024.2.2





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do *caput* e nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do *caput* e nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a

ALESSANDRO
FERNANDES:
12877287742
Assinado digitalmente por ALESSANDRO
FERNANDES: 12877287742
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
CERTIFICA ANAPOLIS vs. OIP+
3644427500117, OU=Videoconferencia,
CN=Certificado RF AT, CN=ALESSANDRO
FERNANDES: 12877287742
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localizado
Data: 2024.05.14 10:24:58-0300
Fonte PDF Reader Versão: 2024.2.6





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - A aplicação das sanções mencionadas no PARÁGRAFO VIGÉSIMO deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATADA, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

Assinado digitalmente por ALESSANDRO
FERNANDES:12877287742
ND: C=BR, O=CP-Brasil, OU=AC
CERTIFICA ANAPOLIS v5, OU=
264448355211F, OU=Videconferencia,
OU=Certificado PF AT, CN=ALESSANDRO
FERNANDES:12877287742
Razão: Este é o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.05.14 10:24:58-03'00"
Fonte: PDF Reader Versão: 2024.2.0





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **2 (duas) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em 14 de MAIO de 2024.

FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
JOÃO RICARDO DA SILVA PILOTTO
Diretor Executivo

FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ALESSANDRA MONTEIRO PEREIRA
Diretora Administrativa Financeira

ALESSANDRO
FERNANDES:12877287742

Assinado digitalmente por ALESSANDRO FERNANDES:12877287742
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC CERTIFICA ANAPOLIS v5, OU=264442800117, OU=7doconferencia, OU=Certificado PF A1, CN=ALESSANDRO FERNANDES:12877287742
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.05.14 10:24:17-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.0

GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIações DE NEGOCIOS LTDA
ALESSANDRO FERNANDES
Representante Legal



Documento assinado digitalmente
GABRIELLE VERDAN XAVIER FORTINI
Data: 14/05/2024 11:19:54-0300
Verifique em <https://validar.rti.gov.br>

TESTEMUNHA
NOME: GABRIELLE VERDAN X FORTINI
CPF: 164.263.077-26

TESTEMUNHA
NOME: Camilla dos Santos Cirilo da Silva
CPF: 043.068.507-65





GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIações DE NEGóCIOS

09.185.341/0001-53

FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇOS RELINHADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 268/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-080007/015471/2022

À/Ao

Sr.(a) Pregoeiro(a)

A Empresa GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIações DE NEGóCIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.185.341/0001-53, sediada na RUA ALBERTO MAYER, S/N, QD 36, LT 43 – VILA CAPRI – ARARUAMA - RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. ALESSANDRO FERNANDES, inscrito no CPF sob o nº 128.772.877-42, APRESENTA proposta de preços realinhada para fins de habilitação do Pregão Eletrônico Nº 268/2023.

LOTE	UNIDADES	ID-SIGA	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇO COM ICMS (R\$)		
						UNIT.	TOTAL	
8	CAMPOS DOS GOYTACAZES	52157	SERVICOS DE MANUTENCAO EM EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO, DESCRIÇÃO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva de equipamentos de refrigeração em geral, com reposição de peças. Código do Item: 0107.002.0007	SERV	1	R\$ 512.997,60	R\$ 512.997,60	
TOTAL ANUAL							R\$ 512.997,60	
TOTAL MENSAL							R\$ 42.749,80	

O valor total da proposta mensal do Lote 8 é de R\$ 42.749,80 (QUARENTA E DOIS MIL E SETECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS), e o total anual é de R\$ 512.997,60 (QUINHENTOS E DOZE MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E SESENTA CENTAVOS).

O prazo de validade desta Proposta é de 120 (CENTO E VINTE) dias.

Empresa: GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIações DE NEGóCIOS LTDA

Endereço: RUA ALBERTO MEYER, S/N, QD 36, LT 43 - VILA CAPRI

Cidade: ARARUAMA **Estado:** RIO DE JANEIRO

Telefone: (22) 2665-3545 / (22) 99921-3862 **E-mail:** GOLDEN.SERV.INTER@GMAIL.COM

CNPJ: 09.185.341/0001-53

Banco: Bradesco **Agência:** 2122 **C/C:** 36490-8

Araruama, 11 de março de 2024.

GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIações DE NEGóCIOS LTDA
ALESSANDRO FERNANDES – CPF: 128.772.877-42
Sócio - Representante legal

09.185.341/0001-53

GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIações DE NEGóCIOS LTDA
ALESSANDRO FERNANDES:
RUA ALBERTO MAYER, S/N - QD 36
VILA CAPRI - ARARUAMA - RJ - CEP: 12877287742

Assinado eletronicamente por ALESSANDRO FERNANDES 12877287742
Nº: 0-BR, 0-ICP-Brasil, 0-UI-AC
CERTIFICA ARAUÓLES V5, 0-UIP
2944429090117, 0-UI-Webconfirmlncl
0-UI-Certificado PE A1, CN-ALESSANDRO FERNANDES 12877287742
Razão: Eu sou o autor deste documento.
Local: Araruama
Data: 2024.03.14 10:24:58-0700
Font: PDF Reader Versão: 2024.2.0



GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIÇÕES DE NEGÓCIOS
09.185.341/0001-53

COMPOSIÇÃO DE BDI

Processo Administrativo: SEI-080007/015471/2022
Pregão Eletrônico Nº 268/2023

A Empresa GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.185.341/0001-53, sediada na RUA ALBERTO MEYER, Nº 36 - VILA CAPRI - ARARUAMA - RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. ALESSANDRO FERNANDES, inscrito no CPF sob o nº 128.772.877-42, APRESENTA a composição de BDI do Pregão Eletrônico Nº 268/2023.

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO BDI

A	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2,53 %
B	DESPESAS FINANCEIRAS	2,01 %
C	SEGUROS, GARANTIAS E RISCO	3,00 %
D	ISS (PMNF)	3,00 %
	PIS	0,65 %
	COFINS	3,00 %
	TOTAL "D"	= 6,65 %
E	LUCRO	6,00 %

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$BDI = \left[\frac{(1+A) \times (1+B) \times (1+C) \times (1+E)}{(1-D)} - 1,00 \right] \times 100$$

CÁLCULO:

$$BDI = \left[\frac{1,141923}{0,9335} - 1,00 \right] \times 100 = 22,32 \%$$

O VALOR DO BDI ADOTADO É DE: 22,32 %

O prazo de validade desta Proposta é de 120 (CENTO E VINTE) dias.

Empresa: GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA
Endereço: RUA ALBERTO MEYER, S/N, QD 36, LT 43 - VILA CAPRI
Cidade: ARARUAMA **Estado:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (22) 2665-3545 / (22) 99921-3862 **E-mail:** GOLDEN.SERV.INTER@GMAIL.COM
CNPJ: 09.185.341/0001-53

Banco: Bradesco **Agência:** 2122 **C/C:** 36490-8

Araruama, 11 de março de 2024.

09.185.341/0001-53
GOLDEN SERVIÇOS
E INTERMEDIÇÕES DE
NEGÓCIOS LTDA
RUA ALBERTO MEYER, S/N - QD 36, LT 43
VILA CAPRI - ARARUAMA - RJ - CEP 28981-695

Alessandro Fernandes

GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA
ALESSANDRO FERNANDES - CPF: 128.772.877-42
Sócio - Representante legal



GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIações DE NEGóCIOS
09.185.341/0001-53

PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA
LOTE 8 - UPA CAMPOS DOS GOYTACAZES

Processo Administrativo: SEI-080007/015471/2022

Pregão Eletrônico Nº 268/2023

A Empresa GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIações DE NEGóCIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.185.341/0001-53, sediada na RUA ALBERTO MAYER, Nº 36 - VILA CAPRI - ARARUAMA - RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. ALESSANDRO FERNANDES, inscrito no CPF sob o nº 128.772.877-42, APRESENTA proposta de preços realinhada para fins de habilitação do Pregão Eletrônico Nº 268/2023.

UPA CAMPOS DOS GOYTACAZES

UNIDADE UPA CAMPOS DOS GOYTACAZES	
Aparelhos	Contagem de SETOR
ACJ	
12.000	12
21.000	7
SPLIT	
9.000	1
12.000	1
18.000	20
24.000	2
48.000	1
TOTAL	44

TABELA PREVENTIVA CAMPOS DOS GOYTACAZES - TIPO ACJ			
POTÊNCIA (BTUs)	QUANTIDADE	VALOR UNIT. MAN. PREVENTIVA	VALOR TOTAL
12.000	12	R\$ 415,00	R\$ 4.980,00
21.000	7	R\$ 482,00	R\$ 3.374,00
TOTAL			R\$ 8.354,00

TABELA PREVENTIVA CAMPOS DOS GOYTACAZES - SPLIT			
POTÊNCIA (BTUs)	QUANTIDADE	VALOR UNIT. MAN. PREVENTIVA	VALOR TOTAL
9.000	1	R\$ 511,00	R\$ 511,00
12.000	1	R\$ 550,00	R\$ 550,00
18.000	20	R\$ 635,00	R\$ 12.700,00
24.000	2	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00
48.000	1	R\$ 750,00	R\$ 750,00
TOTAL			R\$ 15.911,00

TIPO ACJ			
SERVIÇO	PROJEÇÃO ANUAL DE OCORRÊNCIA	POTÊNCIA (BTUs)	
		12.000	21.000
Troca de Compressor	1	R\$ 700,00	R\$ 800,00
Troca de Motor Ventilador	2	R\$ 250,00	R\$ 280,00
Troca de Placa Eletrônica de Comando	1	R\$ 200,00	R\$ 210,00
Troca de Válvula de Expansão	1	R\$ 90,00	R\$ 100,00
Troca de Capacitor / Contatora / Relé de proteção	3	R\$ 90,00	R\$ 90,00
Reparo de vazamento na linha e recarga gás refrigerante / Troca válvula de serviço	2	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Troca de Termostato	2	R\$ 90,00	R\$ 100,00
Instalação de novo dreno	1	R\$ 30,00	R\$ 30,00
Troca de Pressostato de alta e baixa	1	R\$ 90,00	R\$ 90,00
Troca de Hélice	1	R\$ 190,00	R\$ 200,00
	CUSTO PROJEÇÃO ANUAL TOTAL / TIPO DE APARELHO	R\$ 2.450,00	R\$ 2.660,00
	QUANT. DE APARELHOS	12	7
	TOTAL POR TIPO DE APARELHO	R\$ 29.400,00	R\$ 18.620,00
	TOTAL CORRETIVA ACJ		R\$ 48.020,00
	TOTAL CORRETIVA ACJ MENSAL		R\$ 4.001,66

TIPO SPLIT						
SERVIÇO	PROJEÇÃO ANUAL DE OCORRÊNCIA	POTÊNCIA (BTUs)				
		9.000	12.000	18.000	24.000	48.000
Troca de Compressor	1	R\$ 650,00	R\$ 700,00	R\$ 750,00	R\$ 800,00	R\$ 900,00
Troca de Motor Ventilador da Condensadora / Evaporadora	2	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 500,00	R\$ 600,00
Troca de Placa Eletrônica de Comando	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 300,00	R\$ 350,00



GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIações DE NEGóCIOS
09.185.341/0001-53

Troca de Válvula de Expansão	1	R\$ 90,00	R\$ 90,00	R\$ 90,00	R\$ 95,00	R\$ 150,00
Troca de Capacitor / Contatora / Relé de proteção	3	R\$ 90,00	R\$ 90,00	R\$ 110,00	R\$ 120,00	R\$ 140,00
Reparo de vazamento na linha e recarga gás refrigerante / Troca válvula de serviço	2	R\$ 90,00	R\$ 90,00	R\$ 90,00	R\$ 110,00	R\$ 110,00
Troca de Termostato	1	R\$ 90,00	R\$ 90,00	R\$ 90,00	R\$ 90,00	R\$ 140,00
Instalação de novo dreno	1	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00
Troca de Pressostato de alta e baixa	1	R\$ 90,00	R\$ 90,00	R\$ 90,00	R\$ 100,00	R\$ 200,00
Troca de Hélice / Turbina	2	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 180,00	R\$ 280,00
Instalação de aparelho	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00	R\$ 400,00	R\$ 500,00	R\$ 1.200,00
CUSTO PROJEÇÃO ANUAL TOTAL / TIPO DE APARELHO		R\$ 2.900,00	R\$ 2.950,00	R\$ 3.060,00	R\$ 3.875,00	R\$ 5.390,00
QUANT. DE APARELHOS		1	1	20	2	1
TOTAL POR TIPO DE APARELHO		R\$ 2.900,00	R\$ 2.950,00	R\$ 61.200,00	R\$ 7.750,00	R\$ 5.390,00

TOTAL CORRETIVA SPLIT	R\$ 80.190,00
TOTAL CORRETIVA SPLIT MENSAL	R\$ 6.682,50

RESUMO DA PROPOSTA - VARIÁVEL DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DA UPA CAMPOS DOS GOYTACAZES	
TOTAL PREVENTIVA MENSAL	R\$ 24.265,00
BDI (22,32%)	R\$ 5.415,94
TOTAL DA PREVENTIVA C/ BDI MENSAL	R\$ 29.680,94
TOTAL CORRETIVA MENSAL	R\$ 10.684,16
BDI (22,32%)	R\$ 2.384,70
TOTAL DA CORRETIVA C/ BDI MENSAL	R\$ 13.068,86
TOTAL DO CONTRATO MENSAL	R\$ 42.749,80

RESUMO DA PROPOSTA - VARIÁVEL DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DO LOTE B	
TOTAL PREVENTIVA MENSAL	R\$ 24.265,00
BDI (22,32%)	R\$ 5.415,94
TOTAL DA PREVENTIVA C/ BDI MENSAL	R\$ 29.680,94
TOTAL CORRETIVA MENSAL	R\$ 10.684,16
BDI (22,32%)	R\$ 2.384,70
TOTAL DA CORRETIVA C/ BDI MENSAL	R\$ 13.068,86
TOTAL DO CONTRATO MENSAL	R\$ 42.749,80
TOTAL DO CONTRATO EM 12 MESES	R\$ 512.997,60

O valor total da proposta mensal do Lote B é de R\$ 42.749,80 (QUARENTA E DOIS MIL E SETECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS), e o total anual é de R\$ 512.997,60 (QUINHENTOS E DOZE MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E SESENTA CENTAVOS).

O prazo de validade desta Proposta é de 120 (CENTO E VINTE) dias.

Empresa: GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIações DE NEGóCIOS LTDA

Endereço: RUA ALBERTO MEYER, S/N, QD 36, LT 43 - VILA CAPRI

Cidade: ARARUAMA **Estado:** RIO DE JANEIRO

Telefone: (22) 2665-3545 / (22) 99921-3862 **E-mail:** GOLDEN.SERV.INTER@GMAIL.COM

CNPJ: 09.185.341/0001-53

Banco: Bradesco **Agência:** 2122 **C/C:** 36490-8

Araruama, 11 de março de 2024.

09.185.341/0001-53

GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIações DE NEGóCIOS LTDA

RUA ALBERTO MEYER, S/N - QD 36, LT 43 - VILA CAPRI - ARARUAMA - RJ - CEP 28981-695

GOLDEN SERVIÇOS E INTERMEDIações DE NEGóCIOS LTDA
ALESSANDRO FERNANDES - CPF: 128.772.877-42
Sócio - Representante legal